

Dia Nacional da Água 2016

Só pública a água é de todos

Assinalando o Dia Nacional da Água, que se celebrou no passado dia 1 de Outubro, o Município do Seixal entende oportuno e necessário, tendo em conta o atual contexto social e político, assinalar perante a sua população o seguinte:

A derrota da governação ultraliberal do anterior governo PSD/CDS abriu caminho a uma nova correlação de forças, que permitiu criar uma oportunidade para travar as políticas de austeridade e empobrecimento e abrir um novo ciclo que interrompa, no âmbito das políticas para a água, o processo de privatização e espoliação do Poder Local e inverta o rumo que vinha a ser traçado.

Não obstante a importância que reconhecemos a esta nova conjuntura, importa não esquecer que a materialização de políticas que permitam afirmar que foi revertido o processo que visava a privatização do sector e ameaçava a autonomia do Poder Local está ainda por realizar, pelo que, em nome dos interesses das populações manter-nos-emos vigilantes e ativos, pugnando pela concretização de medidas concretas.

A nível local, afirmamos como prioridade a reversão da integração da SIMARSUL na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a concretização de uma solução intermunicipal para a gestão em alta da água para consumo e a criação das condições financeiras para a realização dos investimentos necessários nos sistemas municipais em baixa e de manutenção de tarifas acessíveis e socialmente justas e equilibradas.

O direito humano à água e ao saneamento integra o direito internacional vigente e é legalmente vinculativo para os Estados.

Com efeito, com a Resolução 64/292, de julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU reconheceu formalmente o direito humano à água e ao saneamento.

Posteriormente, em setembro de 2010, com a Resolução 15/9, o Conselho dos Direitos Humanos da ONU veio afirmar que os direitos à água e ao saneamento fazem parte do direito internacional existente e confirmar que esses direitos são legalmente vinculativos para os Estados, apelando a que estes desenvolvam as ferramentas e mecanismos adequados para gradualmente alcançarem a concretização integral das obrigações em termos de direitos humanos relacionadas com o acesso à água segura e ao saneamento.

Este direito humano à água e ao saneamento encerram um conjunto de princípios, entre os quais se encontra o da **acessibilidade económica**.

No Município do Seixal, desde os primeiros tempos do Poder Local Democrático, o abastecimento de água e o saneamento constituíram eixos estruturantes da nossa ação, onde quase tudo estava por fazer.

Fruto desse empenho, atingimos hoje níveis de cobertura, das respetivas redes, na ordem dos 100%. Abastecemos uma água de excelente qualidade, como atesta o prémio atribuído pela ERSAR em 2014.

Incluímos no nosso tarifário uma tarifa social acima dos valores médios de desconto nesta matéria, onde se prevê uma redução de 50% dos valores a pagar para os agregados familiares que tenham um rendimento *per capita* inferior a 70% do SMN.

Acresce que no 1.º escalão os consumidores beneficiam ainda de uma redução de 50% nos valores a pagar, incentivando-os à poupança deste recurso escasso.

E, finalmente, de acordo com um estudo recente da DECO, o Município do Seixal está em 1.º lugar, com as tarifas mais baixas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e uma das mais baixas do país.

Desse estudo resulta ainda que os municípios com as tarifas mais altas são aqueles onde existem concessões a privados.

Estes factos comprovam o que desde sempre o Município do Seixal tem afirmado: só a gestão pública da água, saneamento e resíduos garante a qualidade e tarifas mais baixas.

Assim, neste quadro, e na ocasião em que se assinala mais um Dia Nacional da Água, a Câmara Municipal do Seixal, reunida em sessão pública no dia 6 de outubro de 2016, entende indispensável reiterar o seguinte:

1. Reafirmar o seu compromisso com a proteção dos recursos hídricos da região e uma exploração sustentável do aquífero de acordo com as boas práticas e o uso eficiente da água;
2. Reafirmar o seu compromisso persistente e determinado na defesa do Poder Local e da gestão pública da água, exigindo o respeito pela autonomia deste nível da governação, sem prescindir do exercício das suas competências em defesa dos interesses das populações;
3. Reafirmar o seu empenho na denúncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, do sector da água e dos serviços que lhes dão corpo, construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações;
4. Reafirmar o seu inabalável compromisso com a água como bem comum, direito humano e responsabilidade de todos, estratégico para a soberania e desenvolvimento nacional, cuja gestão, com estes objetivos, apenas o Estado, através dos seus diferentes níveis de governação (central, regional e local) está em condições de garantir.

Só pública a água é de todos!

Seixal, 6 de outubro de 2016

Joaquim Cesário Cardador dos Santos
Presidente da Câmara Municipal do Seixal